

## *The controversies that drive the thinking: the Celso Furtado's intellectual path between 1950 and 1980 in the light of criticism*

### **As controvérsias que movem o pensamento: o percurso intelectual de Celso Furtado entre 1950 e 1980 à luz da crítica**

**Ian da Silva<sup>1</sup>, Jackyson Matos<sup>1</sup>, Lucas Brito<sup>1</sup>, Patrick Oliveira<sup>1</sup>, Pedro Brandão<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

ian.silva@graduacao.ie.ufrj.br, jackyson.matos@graduacao.ie.ufrj.br,  
lucas.brito@graduacao.ie.ufrj.br patrick.oliveira@graduacao.ie.ufrj.br,  
pedro.brandao@graduacao.ie.ufrj.br

Recebido: 27/04/2021

Aceito: 29/04/2021

Publicado: 04/05/2021

DOI: 10.51919/revista\_sh.v1i0.301

**Abstract.** *In this paper, using the dialectical historical materialism and the controversies' approach as methodology, the progress of Celso Furtado's thinking between the decades of 1950 and 1980 is analyzed. The purpose is to untangle the course of his thinking, mainly through the critics targeted to his work by Álvaro Vieira Pinto and Josué de Castro. In this way, this paper is subdivided in two parts, beyond a introduction and a conclusion: first, Celso Furtado and his thinking in CEPAL are investigated in light of the critics of Álvaro Vieira Pinto and Josué de Castro; thereafter, in a synthetic way, Celso Furtado's conceptions in SUDENE is analyzed. As a conclusion, O mito do desenvolvimento econômico is commented as a point of inflexion in his thinking.*

**Keywords.** *Celso Furtado. Josué de Castro. Álvaro Vieira Pinto. Development. Hunger.*

**Resumo.** Neste artigo, utilizando o materialismo histórico-dialético e a abordagem das controvérsias como metodologia, analisar-se-á as nuances do pensamento de Celso Furtado entre as décadas de 1950 e 1980. O intuito é destrinchar o percurso de seu pensamento, principalmente através das críticas em torno de seu trabalho por Álvaro Vieira Pinto e Josué de Castro. Dessa forma, subdivide-se o artigo em duas partes, além de uma introdução e uma conclusão: primeiro, investiga-se Celso Furtado e seus pensamentos na CEPAL à luz das críticas de Álvaro Vieira Pinto e Josué de Castro e, em segundo lugar, de forma sintética, analisa-se Furtado e suas concepções na SUDENE. Na conclusão, aponta-se sua obra O mito do desenvolvimento econômico como ponto de inflexão em seu pensamento.

**Palavras-chave.** Celso Furtado. Josué de Castro. Álvaro Vieira Pinto. Desenvolvimento. Fome.

## 1. Introdução

A questão do desenvolvimento capitalista no Brasil está posta desde o debate abolicionista e o início da República que teve, na consolidação de seu movimento democrático-burguês, a perspectiva e realização de uma composição social à luz da razão europeia, provocando anseios miméticos deste desenvolvimento hegemônico. Contudo, a desviante intelectual brasileira é ampla: sobram exemplos de leituras que disputaram o território das ideias durante a ascensão capitalista no Brasil contemporâneo. Em outras palavras, o processo de questionamento sobre a posição socioeconômica secundarista e retrógrada do Brasil nasce, em parte, da percepção que os intelectuais brasileiros organizam do movimento concreto das relações sócio-nacionais e dos disparates diante das economias centrais – isto é, majoritariamente, o imbróglio entre o político-aristocrata, as burguesias locais e o populismo nacionalista, de tal maneira que também há intelectuais orgânicos (da classe trabalhadora e pequena burguesia) – e, em parte, das próprias mazelas sociais derivadas da luta de classes e suas particularidades identitárias. Eles tonificam a idealização do real como carente de desenvolvimento socioeconômico independente, quer dizer: o movimento ideal que os *intérpretes do Brasil* logram em suas análises para o país são as problemáticas a respeito das questões do desenvolvimento econômico, da fome, da identidade nacional e da tecnologia (CURTY, 2017, p. 51-56; IANNI, 2002).

Nesse panorama, que podemos chamar de pensamento social brasileiro (id., 2000; RICUPERO, 2011, p. 21-47), revoltando-se idealmente à colonialidade teórica das metrópoles europeias, emerge um intelectual que articula o desenvolvimento do pensamento econômico brasileiro: o economista paraibano Celso Furtado (1920-2004), o principal autor debatido neste artigo. Para ele, o desenvolvimento capitalista propagou teorias econômicas dos países centrais à mercê de suas próprias necessidades e especificidades, que não satisfazem as carências dos países periféricos – Furtado e outros intelectuais utilizaram o termo *subdesenvolvimento* para caracterizar o caso brasileiro (e latino-americano) como processo inerente à lógica interna do capitalismo (FURTADO, [1961] 2009, 1966; BORJA, 2013, p. 149-172; CARDOSO & FALLETO, [1969] 2004; FRANK, 1980).

Todavia, desde o início de sua trajetória intelectual, Furtado aborda essa questão de forma positiva ao desenvolvimento capitalista na periferia, mas de acordo com a estrutura histórica local, operando no destrinchamento das ineficiências empíricas da teoria econômica neoclássica diante dos problemas do Brasil, de maneira que elabora o método histórico-estrutural “para captar a partir da dimensão histórica a constituição das estruturas internas e externas que balizavam o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos” (BORJA, op. cit., p. 35), incorporando em suas experiências político-profissionais e acadêmicas uma melhor dinamização do que é o subdesenvolvimento em sua essência, até diagnosticá-lo como algo interno do organismo global do capital.

Neste artigo, portanto, utilizando o materialismo histórico-dialético e a abordagem das controvérsias (CURTY, op. cit., p. 20-50) como metodologia, serão analisadas as

nuances do pensamento de Furtado ao longo da década de 1950 até a década de 1980. Nosso intuito é destrinchar o percurso de seu pensamento, principalmente através das críticas relativas aos temas de seus trabalhos por Álvaro Vieira Pinto e Josué de Castro. Ao longo do período analisado, nota-se que Furtado compreendeu, analisou e julgou tais críticas pertinentes para a evolução de sua interpretação de Brasil, pontuando questões que ele não havia dado especial atenção, como a questão política e cultural.

Dessa forma, iremos subdividir o artigo em duas etapas: primeiro, utilizando a tese de doutoramento de Wilson Vieira, juntamente com as críticas de Álvaro Vieira Pinto e Josué de Castro, iremos analisar Celso Furtado e seus pensamentos na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); em segundo lugar, procuramos entender o desenrolar do autor e sua trajetória intelectual sob uma perspectiva crítica na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Na conclusão, trataremos brevemente de sua obra *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), como pontos de inflexão na sua jornada intelectual.

## 2. A fantasia tecnicista - Furtado na CEPAL

Em 1949, após a conclusão de seu doutorado em Economia, na renomada Sorbonne, Furtado ingressa na CEPAL para efetivar a “qualidade de defensor da sua concepção de planejamento” (VIEIRA, 2010, p. 187), fomentando o debate que havia levantado em sua tese e que, à época, era abordado por inúmeros intelectuais brasileiros nas diversas especificidades do tecido social: a questão do subdesenvolvimento, da inércia quanto ao acúmulo de capital e processo de industrialização que, ainda, são aspectos remanescentes da economia colonial brasileira (FURTADO, 1953; id. [1959] 2007). Nesse panorama, Furtado (1954) aprofunda suas concepções através do que ele chama de técnica do planejamento. Para o autor, apesar de as escolas tradicionais de pensamento econômico engendrarem uma gama de conceitos importantes, mas que, por serem aplicados sem análise científica rigorosa, ou seja, sem preocupação histórica com as particularidades do local em que são feitas e, por isso, são reproduzidos como dogmas; existe uma necessidade de lograr a política econômica para superação do subdesenvolvimento de maneira planejada e técnica, num processo de acumulação de capital, e condizente com determinantes regionais-históricas, exercendo uma leitura de Economia enquanto ciência dependente de fatores objetivos (a técnica) e históricos para concretizar suas feições (FURTADO, [1961] 2009, p. 25-80).

No artigo *A técnica do planejamento econômico* (1954), Furtado dinamiza sua economia desenvolvimentista em torno da concepção arbitrária de que a técnica é um processo neutro, ou seja, que não recai sobre ela manifestações políticas ou anseios ideológicos. Nas palavras do autor:

Outra observação que cabe fazer, desde logo, diz respeito à neutralidade da técnica de planejamento. Essa técnica tanto pode ser utilizada para reforçar como para debilitar a posição da empresa privada como elemento organizador do sistema produtivo. [...] O objetivo do planejamento não é modificar a estrutura do sistema econômico e, sim, lograr uma intensificação na utilização dos recursos (FURTADO, 1954, p. 4).

Complementa Vieira (op. cit., p. 190): “Furtado reforça a neutralidade no planejamento, no qual o técnico está fora (e acima) da política, além de prescrever uma

programação para a industrialização com base tecnológica do centro”. A tese de Furtado, portanto, baseia-se inicialmente no modelo de substituições de importações, ao passo que poder-se-ia organizar a transição entre o déficit de capital constante fixo e o desenvolvimento industrial através da técnica, de modo que respondesse efetivamente contra os crônicos problemas de financiamento e desequilíbrios externos da época. Para Furtado:

O crescimento de uma economia é, em última instância, um problema de acumulação de capital. [...] Essa incorporação de capital real ao processo produtivo traz em si a assimilação de uma técnica superior e exige, portanto, treinamento e especialização da mão-de-obra, introdução de formas complexas de organização, etc. O denominador comum a todos esses problemas é a acumulação de capital (FURTADO, 1954, p. 7).

Todavia, essa análise é amplamente contraposta por dois motivos: 1) credulidade em torno do que é – e o que representa – a técnica no modo de produção capitalista e, ainda, 2) dogmatismo tecnicista em torno da resolução prática do plano econômico. Para analisar essa relação, lograremos a crítica de Álvaro Vieira Pinto e Josué de Castro. Desta maneira, em primeiro momento, cabe indagar a dialética da técnica no modo de produção capitalista, isto é: se para Furtado a técnica é neutra e está acima da política, e com a técnica é possível realizar o desenvolvimento econômico, há de se pensar por outro lado que para definir uma política de planejamento é necessário, logicamente, utilizar-se da política. Para além disso, os donos do capital, a burguesia, agem em torno de princípios ideológicos e políticos próprios, estabelecendo a relação intrínseca entre técnica e política. Ainda, a burguesia brasileira é historicamente subalterna e acomodada com a condição dependente que tem no cenário internacional, preferindo permanecer com suas benesses culturais elitistas e taxas de lucros constantes (FERNANDES, [1975] 2020). Assim, um afastamento entre a técnica e a política é utópico.

A análise do filósofo Álvaro Vieira Pinto torna-se, portanto, um contraponto importante ao que interpreta Celso Furtado em respeito à técnica, pois em sua exposição diagnostica o poder emancipador que o desenvolvimento de técnicas nacionais possui através da formação da consciência crítica das massas, de forma que a política é o ator que pode incentivá-la ou miná-la (VIEIRA PINTO, [1973] 2005, p. 262).

Para o autor, a burguesia residente no país é conivente com a manutenção da dependência brasileira ao se sujeitar ao uso de tecnologia dos países centrais, pois esta representaria instrumento de dominação ideológica do imperialismo. Desta maneira, a conformação com o uso de tecnologia estrangeira nos aponta para a dominação cultural, já que determinada técnica não foi desenvolvida em solo nacional, por brasileiros, não utilizou insumos locais e tampouco integra resoluções para questões nacionais. Segundo ele:

Começando a compreender os presságios contidos nesse fenômeno, o dominador percebe que a tecnologia, tão louvada enquanto lhe emprestava exclusividade o prestígio de que se orgulhava e a força que manejava, torna-se agora a arma mais diretamente apontada para ele. Daí o projeto da metrópole visando tomar urgentes medidas para fabricar e regular a

consciência resultante da posse da tecnologia pelas nações espoliadas.  
(VIEIRA PINTO, *ibid.*, p. 264).

Com isso, ao expandir a importação de técnicas estrangeiras, que poderiam ser previamente concebidas em âmbito nacional, retira-se das massas a possibilidade de aprender e desenvolver métodos próprios para sua realidade; prejudicando, assim, o objetivo cepalino de superar o subdesenvolvimento. Portanto, sobre a suposta neutralidade da técnica no modo de produção capitalista, entende-se que é ilusória, pois seu uso é específico: destina-se ao controle e à exploração da classe trabalhadora, em vista de lucro para a classe burguesa.

Além disso, o médico pernambucano Josué de Castro, em *Geografia da fome* ([1946] 1984), coloca luz sobre um ponto pouco explorado à época, e que viria a ser um dos desafios de Furtado na SUDENE: a fome. Castro trabalha a questão da fome brasileira a partir do prisma político, isto é, busca apontar que a causa do problema não é a produção de alimentos, mas sim de escolhas políticas, originadas nos conflitos de classes. Deste modo, esse movimento pretende indicar que o fenômeno social da fome no país contribui para o atraso socioeconômico de certas regiões – em especial o Nordeste –, de maneira que o não enfrentamento político dessa questão continuaria como um empecilho para o desenvolvimento nacional. Para tanto, a respeito da questão da fome no Nordeste, são apontados dois principais motivos para sua perpetuação: 1) maior subdesenvolvimento do complexo agrícola regional e a má distribuição de terras; e 2) o latifúndio monocultor açucareiro e de cacau, visando a obtenção de lucros por parte dos proprietários de terra e o abastecimento dos países centrais.

Na tese a respeito do subdesenvolvimento do complexo agrícola nacional, a produtividade ganha centralidade no debate, pois a baixa produtividade das terras brasileiras comparada à de outros países, junto às suas assimetrias regionais internas, é, em parte, explicada pelo baixo investimento em infraestrutura. Desta forma, Castro diz ser impossível desenvolver um complexo de indústrias de transformação com o tamanho atraso da agricultura, que não consegue satisfazer as necessidades nutricionais dos trabalhadores, também devido ao alto custo de produção dos alimentos básicos da cesta de consumo. Para ele, portanto, “o marginalismo econômico a que ficou relegado o homem do campo, com sua capacidade aquisitiva quase nula, não permite a formação de um mercado interno capaz de absorver a crescente produção industrial” (CASTRO, [1946] 1984, p. 278).

No que tange ao latifúndio monocultor, Josué de Castro o apresenta como mecanismo de exploração nas mãos de capitalistas focados na obtenção de maiores ganhos de capital e não no desenvolvimento social – aspecto que é quase uma retórica histórica no Brasil. O oligopólio das terras serviria como estímulo a uma acumulação de capital cada vez mais concentrada nas mãos desses grandes latifundiários, gerando uma massa populacional excedente nos campos, que ou migravam para o ambiente urbano, ou sofriam as consequências de habitar uma região de luta pela subsistência. No entanto, a falta de uma política de desenvolvimento industrial no Nordeste, aliado ao problema de concentração agrária latente, cuja produção era voltada para a exportação, deixaria tal excedente desempregado e faminto. Portanto, qualquer política de desenvolvimento econômico no Nordeste que visasse diminuir as discrepâncias socioeconômicas entre esta região e o Centro-Sul deveria ter como alicerce a questão da fome - objetivamente

a produção e distribuição de alimentos. E Furtado perceberá isso, tal como será apresentado na próxima seção.

### 3. A fantasia desenvolvimentista - Furtado na SUDENE

Depois de um período pesquisando na Universidade de Cambridge, Furtado retorna para o Brasil pretendendo resolver o atraso econômico e a disparidade social do Nordeste em relação ao Centro-Sul do país. Para isso, ele não olhará apenas o aspecto industrial, mas, a partir da crítica de Josué de Castro (*OPERAÇÃO NORDESTE...*, 1959), entenderá que a questão da fome é fundamental para superar o problema do Nordeste. De modo que, em 15 de dezembro de 1959, foi criada a SUDENE, e, ao contrário do período cepalino, Furtado percebe que não é possível desenvolver tecnicamente as forças produtivas sem esbarrar na esfera política (VIEIRA, op.cit., p. 209-228). Todavia, ainda há uma tentativa de dissociar as esferas como se não se misturassem. Em *A Pré- Revolução Brasileira* (1962, p. 61-63), dirá Furtado:

Quando afirmamos que a SUDENE é um órgão estritamente técnico, queremos dizer que ela é independente de toda junção político-partidária. Mas não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento e nenhuma política pode alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político. O que singulariza a SUDENE é que nela a técnica e a política estão isoladas em dois planos distintos. [...] Era indispensável levar até o povo a discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis de período eleitoral, reconquistar-lhe a confiança nos homens responsáveis pela administração da coisa pública.

Por isso, entende-se que pelas análises críticas ao planejamento técnico de Furtado, tal como a de Álvaro Vieira Pinto no perante a técnica, a tecnologia e sua suposta neutralidade, supera-se a fantasia tecnicista do economista paraibano, de modo que somente no decorrer das controvérsias ele abrange essa problemática intrínseca ao funcionamento do planejamento técnico no modo de produção capitalista. Situação semelhante se deu com as observações de Josué de Castro na questão da fome. No texto *A Operação Nordeste* ([1959] 2013), Furtado trará à tona a questão das massas de excedentes populacionais na região, principalmente nas zonas urbanas, propondo que estas deveriam ser absorvidas através de uma política de industrialização no Nordeste, por meio de forte aumento da massa de investimentos. Ele dirá, no entanto, que para essa política ter efeito deve ser feito outro esforço, igualmente importante e indispensável: resolver a questão do abastecimento de alimentos no Nordeste.

Mas, como economista, quero primeiramente demonstrar que, ou aumentamos a produção de alimentos na região, resolvendo o problema agrícola, ou a industrialização não poderá realizar-se. E se não se realizar a industrialização, não haverá desenvolvimento no Nordeste (FURTADO, [1959] 2013, p. 358).

Com efeito, se transformássemos a agricultura do Nordeste e inundássemos as cidades de alimentos, seria necessário baixar drasticamente os preços para que os alimentos fossem comprados, e com baixa tão grande não seria possível assegurar rentabilidade à economia agrícola. É necessário que cresça, simultaneamente, a demanda de alimentos, quer dizer, a massa de poder de compra das zonas urbanas, com a industrialização. [...] Mas se não aumentarmos a produção de alimentos, com o aumento da demanda de

gêneros, os preços tenderão a subir, frustrando o desenvolvimento industrial (ibid., p. 358-359).

Em relação à disparidade econômica e social entre o Centro-Sul e o Nordeste, dirá o autor, no mesmo texto, que “não podem coexistir no mesmo país um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias e dependentes e subordinadas”, de maneira que “as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias *tendem sempre a formas de exploração*” (ibid., p. 340, grifos nossos). A questão da dependência dos países subdesenvolvidos em relação a países desenvolvidos se volta para dentro de um mesmo país, no caso o Brasil, isto é: regiões com um subdesenvolvimento mais acentuado estão em profunda desvantagem em relação a regiões mais avançadas no processo industrial, ocorrendo, caso nada seja feito para impedir esse processo, permanentes transferências de valor da região com maior grau de subdesenvolvimento para a de menor.

Furtado, no entanto, não deixa de lado sua perspectiva desenvolvimentista com base nos países centrais, criando uma consciência crítica sobre as teorias cêtricas. Vieira (op. cit., p. 216) dirá que “o autor [Furtado] afirma que o modelo dos países ocidentais desenvolvidos mostra a possibilidade de promover o desenvolvimento econômico via planejamento estatal com democracia, mas fazendo adaptações à nossa realidade”. Vieira (ibid., p. 219) também afirma que, no oitavo capítulo de *A Pré-Revolução Brasileira*, Furtado “continua sua reflexão sobre a inadequação da teoria econômica elaborada nos países centrais para a realidade subdesenvolvida no Brasil”, e que:

[O] autor chama a atenção para a necessidade de uma política de desenvolvimento consoante com as características continentais do Brasil, país que sofre com o agravamento de suas desigualdades regionais a partir da década de 1930, causada não pelo desenvolvimento, mas sim pela ausência de uma política que o orientasse. (ibid., p. 219)

Todavia, no todo percorrido, o caminho intelectual de Furtado entre a fantasia técnica cepalina e a tentativa de sua resolução prática – em tom mais moderado – na SUDENE, afirma-se que a teoria desenvolvimentista de Furtado é utópica, pois é aquém da totalidade que compõe o modo de produção capitalista e suas nuances ideopolíticas. As duas seções expostas no tocante à técnica e à fome são apenas momentos desse todo. A carência de análises críticas sobre o teor de classe (as explorações e opressões coloniais) da democracia liberal brasileira, inclinando-se na social-democracia europeia (VIEIRA, 2020), de modo que abstrai e exclui indiretamente a múltipla composição racial e de gênero da sociedade brasileira; atribui malabarismos retóricos ao pensamento de Furtado, de modo que escapa de suas conclusões proposições revolucionárias condizentes com a historicidade formadora do capitalismo dependente brasileiro (SANTOS & BASTOS, 2020). Contudo, por sólida autonomia intelectual e a partir das controvérsias, Furtado busca compreender essas relações dialéticas e se consagra como um primordial intelectual do pensamento social brasileiro. A sua incansável busca pela fundamentação dos pormenores socioeconômicos do desenvolvimento capitalista nacional, como a cultura e a democracia, é aprofundada, dentre outras obras, em *O Mito do desenvolvimento econômico* (1974), que é nosso referencial para a conclusão deste artigo.

#### 4. Conclusões

Toda a movimentação intelectual da juventude difícil de Furtado entre Pombal e Rio de Janeiro contribuiu significativamente para o molde tecnicista de seu pensamento, mas, a partir das controvérsias políticas e teóricas em sua trajetória, tonificou-se a dinâmica intensa de seu pensamento (FURTADO, [1973] 2013, p. 35-52). Por isso, longe de ser dogmático, o posicionamento reflexivo do autor frente às críticas e frustrações moldou e adaptou seu pensamento, de modo que buscava entender a economia e a sociedade a partir do ponto de vista do presente como história, fugindo da percepção mimética das epistemologias europeias colonizadoras. Furtado, portanto, incorpora tanto os intérpretes (do Brasil) precursores quanto os clássicos, estabelecendo-se, a partir das controvérsias, como um novo, com ideias novas, exercendo o papel de intelectual orgânico, preocupado em proporcionar ciência em prol do desenvolvimento social do povo brasileiro (IANNI, op. cit., p. 69-71). Aproximando-se, assim como a metodologia deste artigo, de uma leitura enfatizada nas relações sociais pensadas a partir da ótica da produção em torno das controvérsias teóricas e históricas. Não à toa, as controvérsias com Josué de Castro, por exemplo, provocam efeitos na práxis de Furtado.

Na obra *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), o autor tenta compreender o que seria o subdesenvolvimento em sua essência e como se insere no sistema capitalista global. Ele logo percebe uma profunda conexão entre subdesenvolvimento e dependência, expondo que os países periféricos, ao tentar imitar e importar os padrões de consumo dos países centrais para as elites locais, inserem-se como dependentes, pois como não possuem as tecnologias necessárias para a produção desses bens de consumo com maior valor agregado, precisam importá-los. Isso levaria necessariamente a uma concentração de renda, visto que as importações seriam financiadas com as receitas das exportações de *commodities* somadas aos baixos salários e a grande intensidade de exploração da força de trabalho nos países periféricos, o que transfere valor dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos. Com isso, a maior parte da população ficaria imersa na pobreza, sendo utópico, um mito, o desenvolvimento capitalista brasileiro de maneira similar à estrangeira. O autor dirá:

O subdesenvolvimento deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo. Por seu intermédio, o capitalismo tem conseguido difundir-se em amplas áreas do mundo sem comprometer as estruturas sociais preexistentes nessas áreas. [...] *É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento* (FURTADO, 1974, p. 95, grifos nossos).

Vemos, portanto, esse livro como um ponto de inflexão. O pensamento de Furtado não foi linear, teve avanços e retrocessos na análise do concreto e foi moldado com o tempo. As controvérsias o levaram a entender o subdesenvolvimento não como etapa, mas como parte do capitalismo, como necessário ao sistema. Pensar sobre a superação do subdesenvolvimento é muito mais que realizar um processo de industrialização: é necessária uma mudança estrutural no modo de produção nacional e global, é preciso pensar na formação cultural, democrática e classista da sociedade – aspectos que, em

geral, Furtado buscou compreender e teorizar, por mais que não numa visão revolucionária. Por isso, entendemos que Celso Furtado é fundamental para se analisar o Brasil e sua formação socioeconômica como um intérprete original e diverso, sendo crucial para compreender o desenvolvimento do pensamento econômico brasileiro.

No todo, afinal, resgatando suas contribuições desenvolvimentistas-estruturais para o pensamento social brasileiro, tal como as defasagens destas e as controvérsias teóricas e empíricas postas com outros intérpretes, a máxima científica que se extrai é a provocação de abordagens que traçam seus problemas históricos locais constitutivos, rechaçando a colonialidade instrumental-teórica anacrônica do pensamento moderno eurocêntrico para a periferia do sistema, de maneira que busque interpretações materialistas e dialéticas, não por mera opção, mas por necessidade de atingir análises concretas de situações concretas de suas formações históricas a partir dos problemas socioeconômicos brasileiros à mercê da totalidade temporal que esteja sendo analisada.

### **Referências bibliográficas**

BORJA, B. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1969] 2004.

CASTRO, J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Rio de Janeiro: Antares, [1946] 1984.

CURTY, C. **A abordagem das controvérsias para a história do pensamento econômico brasileiro: uma análise sobre a controvérsia dos modos de produção no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6. ed. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Contracorrente, [1975] 2020.

FRANK, A. G. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. A programação do desenvolvimento econômico. In: **Revista do Conselho Nacional de Economia**, Rio de Janeiro, v.2, n.19-20, p. 11-15, 1953.

FURTADO, C. A Operação Nordeste. In: D'AGUIAR, R. (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, [1959] 2013, p. 337-361.

FURTADO, C. A técnica do planejamento econômico. In: **Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo**, São Paulo, v.11, n.70, p. 3-13, 1954.

FURTADO, C. Aventuras de um economista brasileiro. In: D'AGUIAR, R. (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, [1973] 2013. p. 35-52.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, [1961] 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

FURTADO, C. Fundamentos da programação econômica. In: **Econômica Brasileira**, Rio de Janeiro, v.4, n.1-2, p. 39-44, 1958.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IANNI, O. Tendências do pensamento brasileiro. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 55-74, novembro/2000.

IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 5-10, junho/2002.

OPERAÇÃO NORDESTE: dois nomes e duas opiniões. **O observador econômico e financeiro**, Rio de Janeiro, Ano 22, n. 00278, p. 26, 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123021&Pesq=Celso%20Furtado&pagfis=37819>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTOS, N. B.; BASTOS, V. A. Implicações e limitações da identidade nacional como resposta ao subdesenvolvimento em Celso Furtado. In: **Leituras de Economia Política**, v. 20, n. 2 (31), p. 75-93, jul./dez. 2020.

VIEIRA, W. **A construção da nação no pensamento de Celso Furtado**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

VIEIRA, W. C. F. Planejamento e Superação do Subdesenvolvimento (1950-1964). In: **Anais do Congresso Scientiarum Historia XIII**, v. 13, p. 195-203, dezembro/2020.

VIEIRA PINTO, Á. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, [1973] 2005.